

*a guerra, condição do homem:*  
nota sobre “a guerra e a paz”  
de proudhon

*thiago rodrigues*

Num frio dia de março de 1861, o escritor russo Leon Tolstoi pôde encontrar um dos escritores com atuação política que mais admirava: o anarquista Pierre-Joseph Proudhon. Conhecedor de muitos dos seus escritos, desde *O que é a propriedade? Ou pesquisas sobre o princípio do Direito e do governo*, publicado em 1840, Tolstoi ansiava por saber mais sobre o novo problema em que trabalhava Proudhon. Soube, então, que o francês concluía uma obra sobre o papel da guerra na história dos homens. Proudhon contou-lhe que, em sentido contrário ao dos juristas — como Hugo Gro-tius — e dos contratualistas — como Thomas Hobbes e Immanuel Kant —, procurou mostrar como a guerra era o primeiro e mais fundamental dos legisladores, a instituidora de todas as formas de direito — do civil ao internacional — e a modeladora da vida social e dos modos de organização política e econômica.

*Thiago Rodrigues é pesquisador no Nu-Sol e professor no Departamento de Ciência Política e nos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF).*

Segundo Proudhon, haveria um *direito da força*, o mais elementar de todos, que se realizou historicamente pela *guerra*, e definiu tudo o que era justo, correto e moral ao longo dos séculos. Por isso, a *força* e a *guerra*, longe de serem as fontes de todos os males e o contrário da ordem e da Justiça, eram suas próprias forjadoras. Os juristas e filósofos políticos tentaram negar esse fato, não admitindo que nada justo pudesse nascer da guerra; construíram, assim, alegorias sobre o contrato social querendo apagar o fato de que as batalhas não apenas constituíram as sociedades como as mantiveram coesas: a guerra teria sido sempre um princípio ordenador e não desagregador.

O problema, no entanto, é que os Estados tinham utilizado a guerra como recurso para sustentar as iniquidades geradas pelo regime da propriedade; violência lançada internamente contra os trabalhadores e, internacionalmente, contra outros povos em nome de fantasmagorias como “a pátria” e para a saúde do poder político centralizado e do capital. A guerra como princípio de vida e coesão nada teria a ver com essa guerra produtora de mortes e miséria conduzida pelos Estados. A construção da *anarquia* não se daria, para Proudhon, pela negação geral da guerra. A tensão positiva, o choque de ideias e aspirações, as diferenças de pensamento, o embate de força entre vivos jamais deixaria de existir: eis o princípio da guerra e da força, a *pequena guerra* infindável e cotidiana que, para Proudhon, estaria sempre presente como amálgama das relações entre os homens. O livro, por fim, seria publicado no mesmo ano com o título *A guerra e a paz*.

Tolstoi impressionou-se com o que ouviu. O impacto foi tamanho que pediu a Proudhon sua concordância para intitular com o mesmo nome o romance épico no qual

trabalhava, que também tinha como força motriz a guerra e que seria publicado anos depois, em 1869: *Guerra e Paz*. Mas a reação geral não foi igualmente favorável. O livro foi duramente criticado tanto por detratores de Proudhon (socialistas e conservadores) quanto por anarquistas. Proudhon foi acusado de apologista da guerra e poucos foram os que compreenderam a distinção entre o princípio da força e a guerra destrutiva dos Estados.

A dificuldade em compreender essa outra perspectiva, distante da crença na pacificação utópica e definitiva, presente tanto nos liberais quanto entre socialistas e parte significativa dos anarquistas, fez com que o livro fosse, depois de hostilizado, praticamente ignorado nos anos seguintes, mesmo entre os libertários. *A guerra e a paz* foi o livro menos lido e comentado da obra de Proudhon. Foram apenas três edições em francês (1861, 1927, 1998) e nenhuma tradução integral em outro idioma desde sua publicação. Os trechos aqui publicados aparecem em inédita tradução ao português, tendo sido selecionados a partir da edição de 1998, coligida pelos editores franceses Hervé Trinquier e Henri Moysset. Procurou-se destacar os movimentos nos quais Proudhon apresenta sua noção de direito da força, problematizando o conceito de direito e paz entre juristas e contratualistas.

A virada de perspectiva ousada por Proudhon alinha-se numa série cujas procedências remontam aos pré-socráticos, especialmente Heráclito, e que continuaria na produção de filósofos como Friedrich Nietzsche e Michel Foucault. Trata-se da *perspectiva da guerra*, ou como chamou Foucault, de uma *agonística*, modo de notar a vida humana como batalha incessante, numa luta infindável que não admite a “paz perpétua” ou o “fim da história” anunciados, com diferen-

tes intencionalidades políticas, tanto à esquerda quanto à direita. Conhecer o *agonismo* a partir de Proudhon tem o potencial de excitar novas análises da política e, em especial, das relações internacionais, para além da tradição que separa de forma estanque *política* e *guerra*. A atualidade da análise de Proudhon reverbera em textos contemporâneos sobre a questão da guerra e das relações internacionais como os de Édouard Jourdain (*Proudhon, Dieu et la guerre*. Paris, L'Harmattan, 2006), Frédéric Gros (*États de violence: essai sur la fin de la guerre*. Paris, Gallimard, 2006; edição brasileira: *Estados de violência: ensaio sobre o fim da guerra*. Tradução de José Augusto da Silva. Aparecida-SP, Ideias & Letras, 2009) e Thiago Rodrigues (*Guerra e política nas relações internacionais*. São Paulo, Educ, 2010).

A problematização exercitada por Proudhon, enfim, produz um combate às teorias e com as teorias internacionalistas, realistas e liberais, colocando uma perspectiva inimiga e impertinente. Atiça combates que fazem vibrar o que parece decantado e inerte, mas que é a cristalização de anos de batalhas, naturalizações, dominações e resistências.